

ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DA IDÉIA DE EDUCAÇÃO

LAETUS MARIO VEIT
Faculdade de Educação da UFRGS

RESUMO

A educação pode ser considerada como uma ação na qual a liberdade se auto-define como possibilidade e autonomia. A liberdade radica na relação intersubjetiva pela qual concretiza sua historicidade.

A cultura é o espaço em que a vida e sua reflexividade depositaram suas aquisições. Estas, como um texto, veiculam as experiências que nos despertam para as possibilidades inscritas em nossa humanidade.

INTRODUÇÃO

Acontece, e o fenômeno não é tão raro, que conceitos familiares, precisamente porque familiares, perdem sua nitidez e relevo significativos. É este o momento em que a filosofia se sente convocada para ajudar a reconduzir uma palavra a seu significado primeiro, procurando recompor a síntese ordenada das conotações ideais que a integram.

Diante duma tal tarefa é difícil não se lembrar dos diálogos geniais de Platão que conservam sua atualidade porque modelos insuperados de vigor especulativo e rigor metodológico na busca da idéia precisa. Segundo ele, toda idéia recebe sua identidade pela estrutura peculiar segundo a qual um conjunto definido de significações se articula dentro dum universo lingüístico limitado. A definição é alcançada no momento em que a síntese das propriedades essenciais é tal que ela refaz, ao nível do discurso, necessariamente e sempre esta e não outra realidade. É isso que se pode chamar de definição, ou redução eidética, na linguagem de Husserl.

Mas é importante relembrar, para evitar equívocos, a modéstia que caracteriza um e outro pensador, pois sempre insistiram na defasagem enorme entre

o que haviam alcançado em sua "caça ao conceito" e aquilo que visavam expressar. A recordação platônica e a redução husserliana partem duma experiência dada, o mundo humano vivido desde sempre. Mas, elevar este mundo da consciência à clareza do discurso explícito, justificado e coerente é, para ambos, uma tarefa infinita, o que não impede que reconheçamos como verdade as aproximações que explicitam os modos de ser, gerais e necessários, de um domínio da realidade, no caso, o da educação. A verdade é, desde logo, finita, histórica e sujeita a reformulações.

Encontramos em vários contextos o termo "educação". Falamos de educação formal, familiar, permanente, dos adultos. Referimo-nos a uma pessoa como tendo recebido uma fina educação, como possuindo um ouvido educado e assim por diante.

Mas, o ponto de partida, a acepção primeira da qual derivam todas as demais e na qual todas se devem legitimar, em última instância, não está sempre tão presente. Assim sendo, queremos propor nossa análise fenomenológica a título de mero subsídio para situarmos a Educação formal em seu contexto semântico mais primitivo. Este vamos encontrar no domínio das ações que se desenrolam no mundo pela relação intersubjetiva e histórica, como manifestação da liberdade e concretização das possibilidades do homem enquanto totalidade, pela mediação da linguagem. E, com isso, já indicamos os momentos significativos que a integram.

A. A ESTRUTURA ONTOLÓGICA

A análise ontológica não se ocupa das entidades concretas, enquanto configurações reais, sujeitas às suas legalidades próprias como todos os seres mundanos. A ação educadora terá, necessariamente, uma configuração determinada se ocorre, p. ex., no século XIV ou XX, ela será sempre regida por esta ou aquela teoria, concretizada neste ou naquele sistema educacional, terá ou não resposta para as necessidades da situação concreta na qual se exerce. Estas e outras conotações determinam a ação concreta, segundo o tempo e o lugar. A estrutura legal que rege a educação, enquanto atividade mundana concreta, é sua dimensão ôntica.

Dela se distingue o aspecto ontológico integrado pelos elementos formais, necessários e universais, sem os quais a educação não é pensável como algo idêntico a si. Nesta análise ontológica, limitamo-nos a ressaltar alguns elementos, aqueles cuja importância é mais diretamente sentida.

I. HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

Se a história define o homem como liberdade, a educação define-o como possibilidade. Se aproximamos os conceitos de história e educação, é porque

queremos tornar evidente, desde logo, um aspecto essencial e de fundamental importância para o processo educativo: ser a concretização da liberdade, ao passo que a história realiza as possibilidades do homem. Uma engendra a outra.

A liberdade que aqui é evocada não se confunde com o que poderíamos chamar de livre arbítrio, capacidade que podemos usar ou deixar de usar. *Liberdade* de que aqui falamos é o próprio *fim último* da educação e de toda educação. Ela é o *ser do homem*, chegando à sua plenitude pela coincidência de seu ser efetivo com o que foram, um dia, suas possibilidades de ser. Daqui deriva, imediatamente, um segundo aspecto desta mesma liberdade: a *capacidade ativa* de ser esta sua plenitude, enquanto tendência efetiva a ela. Portanto, desde sempre eu sou liberdade, cuja plenitude está inscrita, como antecipação, no *sentido do projeto* efetivo que sou.

A liberdade ontológica, o existir sem equívoco ou ambiguidade, e com o qual de fato somos idênticos enquanto projetos reais conscientes, é o sentido de tudo quanto é educação.

Liberdade é sinônimo de ser autêntico e poder ser autêntico numa unidade tensional que define a existência (1). Somos existência possível, sendo existência outro nome para a liberdade, ou ser homem. Mas, finitos como somos, nossa liberdade terá necessariamente os contornos de nossa finitude, determinada, em parte, por nosso corpo biológico, social e cultural, por nossas capacidades intelectuais e volitivo-práticas, por nossas próprias opções que também nos situam e, por fim, por nosso próprio ser existencial, possível, limitado intrinsecamente por esta sua vinculação ontológica à situação, tomada em toda sua concretude e plenitude significativas.

Liberdade e possibilidade humanas se sintetizam na definição do homem: projeto real e consciente de ser no mundo com os outros. É um só projeto que gera a história autêntica e a educação. A historicidade aponta para o caráter emergente da educação, enquanto esta aponta para o caráter sempre incoativo e projetivo de acontecer humano. Mas é o processo educativo que possibilita a história autêntica, enquanto emergência, como a história torna possível a educação enquanto efetuação do projeto dotado de unidade e sentido. Desde logo se evidencia a unidade dialética e indissolúvel de história e

(1) Autenticidade é outra palavra para dizer a identidade consigo mesmo, i.é, coincidência, no existir concreto com a dimensão primeira e originária que nos constitui singulares com um destino igualmente singular. A autenticidade de que habitualmente se fala visa a adequação de posições ou proposições com uma idéia. Esta pode não ser autêntica.

educação. Os dois processos são um e o mesmo processo, vistos de ângulos de inteligibilidade complementares. (2).

Aqui se trata de fenômenos tão fundamentais que não podemos identificá-los ou compará-los com nada, já que inauguram e instauram o próprio tempo histórico dentro do qual tudo o mais pode acontecer como outros tantos índices significativos que sempre remetem ao mesmo devir fundamental e fundador do acontecer do homem, ao devir do processo educativo. O tempo é nada mais que a objetivação de minha própria insistência no processo de me revelar e expor na objetividade dum mundo, e de me educar em consentindo com minhas próprias possibilidades de existir.

Neste contexto, podemos tentar uma primeira formulação sintética do conceito. A educação de que falamos é a ação do homem sobre si ou sobre os outros tendo, por princípio e por termo, a totalidade abrangente do ser-projeito — no mundo — com os outros, que o constitui.

II. A AÇÃO EDUCATIVA

Uma das características desta ação, e que já queremos ressaltar, é o fato de proceder, em todas as suas modalidades, do homem enquanto tal e incidir sobre o homem enquanto tal. O fato de se dirigir ora sobre si ora sobre o outro não é tão relevante e constitui apenas um modo acidental. O que a distingue de tudo o mais é seu caráter abrangente. Educando a mão, o falar, o pensar concreto ou abstrato, é sempre o homem como tal, na sua totalidade e unidade que é visado.

A ação da totalidade sobre a totalidade.

Qualquer ação na qual não me engajo enquanto pessoa ou que se dirige ao outro visando exclusivamente um aspecto sem visá-lo enquanto tal, ao menos implicitamente, não pode ser educativa. Este caráter não precisa ser explícito nem tematizado, mas deve estar presente como o que a define. Não é educativa pelo simples fato de não se situar no processo que gera o homem. Mas, porque a ação educativa deve não só ter por termo mas também por princípio a totalidade? Esta questão se dirige, em primeiro lugar, à ação auto-educadora, porque ela realiza, em primeiro lugar, o sentido da ação educadora. Dela decorre, por sua vez, por analogia, o valor educativo da ação dos outros ou sobre os outros.

(2) Esta colocação não se confunde com nenhuma posição dialética segundo a qual a História se legitimaria por si mesma. Daí a ressalva de história "autêntica". Os critérios desta autenticidade ontológica não se objetivam.

Toda ação recebe sua especificação e inteligibilidade da teleologia própria que a habita. A educação é, por natureza, teleológica. O fim a define: ação que tende à totalidade do homem em sua plenitude. E o princípio do processo é a mesma totalidade em seu estado como que germinal ou potencial. Desta forma, a educação pode ser concebida como um movimento dinâmico dirigindo-se de um polo ao outro, da potencialidade à realização. A potencialidade toma aqui a forma dum projeto, dum programa possível, dotado de auto-presença e autodeterminação. Como qualquer programa, ele implica num conjunto de informações disponíveis, dadas certas condições. Este programa exerce as funções do princípio totalizador das partes e das regras que regem o movimento das partes. Ele é, portanto, o princípio da unidade estrutural, como também o princípio do movimento da totalidade potencial ao estado final, do projeto à obra executada.

O homem se apresenta como um centro privilegiado de informações possíveis, sendo programa-projeto único, codificando e decodificando tudo a que tem acesso por um único e mesmo ato, no qual ao mesmo tempo ele se decifra a si mesmo, enquanto instaurador (codificador) e descobridor (decodificador) de seu mundo numa única operação.

O homem não se repete, nem reproduz de modo diferente uma idêntica estrutura típica. Nem poderíamos reconduzir os fatos ocorridos na vida de uma pessoa a uma configuração definida da qual tudo decorresse como consequência necessária duma programação (3). Em todos esses casos se negaria o que constitui o núcleo da consciência humana, sua radical historicidade e autonomia. Como já foi dito, o programa-projeto não é da ordem das coisas mas da ordem da subjetividade e da liberdade. Ele é sempre existência possível, ser possível, que como singular-universal atua sobre si como totalidade.

Procuremos clarificar o que precede em outro registro. O homem e seu devir se apresentam, desde sempre, como o triunfo da totalidade sobre a dispersão espacial e temporal.

A espacialidade corporal que nos caracteriza e as várias capacidades espacialmente situadas (os sentidos) e distintas, não produzem na consciência nenhum fenômeno de justaposição. Tudo se funde, sem se confundir, numa unidade sem ruptura, na qual nosso corpo e seus sentidos se recolhem, dando-nos a consciência dum "corpo-sujeito", segundo a expressão de Merleau-Ponty.

(3) Aqui aparece, com toda clareza, o quanto o conceito de "programa" como até aqui foi empregado, deve ser compreendido numa transposição analógica.

Da mesma forma, a dispersão temporal dos momentos presentes e sempre já passados, se integra na experiência numa temporalidade na qual todos os momentos estão acolhidos na unidade de nossa consciência histórica.

O homem, enquanto ser uno e total, é o axioma que preside qualquer ulterior inteligibilidade do mundo humano e de qualquer um de seus aspectos. Não é necessário insistir que nesta totalidade não só são recolhidas a dimensão corporal e temporal, mas todas as dimensões do homem, sua situação histórica, o mundo social presente, a intelectualidade, sensibilidade e liberdade. É dessa totalidade de que falamos no contexto da educação. Educação é sempre a ação do homem todo sobre si mesmo, enquanto totalidade e identidade. Aqui temos um agir imanente consigo mesmo, sem transitividade. Mas, esta ação sobre si mesmo é o ato da liberdade, da autonomia, do existir na direção de sua identidade plena.

Esta ação não se compara com nada mais do que com o existir autêntico com o qual coincide. A totalidade consciencial que sou, pode, também, alienar-se na não identidade, i. é, na identificação com o que não é ela mesma. Esta é a possibilidade do nada ou da nadaificação existencial na des-educação de si mesmo, até ao desgarramento metafísico.

Não podemos deter-nos em outros prolongamentos, mas é-nos, desde já, evidente que, se educação é o que nos leva de nossas possibilidades a nosso ser efetivo, ela será o movimento da própria liberdade, enquanto auto-educação, possuindo, portanto, a mesma estrutura fundamental do existir autêntico. Ela ocorre sempre na abertura ao mundo, na relação intersubjetiva, na dimensão histórica. É neste contexto que o homem se relaciona consigo mesmo e se educa.

Desta auto-educação recebe o conceito sua aceção primeira e na qual se fundam as demais extensões. Se a ação do outro quiser ser educadora e, por isso mesmo, promover o outro enquanto tal e como totalidade, ela deverá partir de sua própria personalidade, porque só a pessoa (totalidade) como tal, pode pôr em questão outra pessoa, abrindo-lhe um mundo, um universo, o seu próprio universo, do qual o ser-projeto do educando recebe a inspiração para cumprir seu próprio sentido. Só um universo humano pode afetar um universo humano. Isso pode acontecer por um simples gesto, no qual se comunica toda uma pessoa, afetando-nos como pessoas.

O outro me pode interpelar a partir de vários níveis. Pode dirigir-se a mim como anônimo a anônimo, numa comunicação de ordem teórica. Pode interpelar-me a partir duma convicção, solicitando minha imaginação e compreensão para aderir à sua idéia ou ideologia. O outro pode interpelar-me como artista e em sua obra podemos sentir-nos transportados a um mesmo

universo. Mas, em cada um destes exemplos de comunicação pode aparecer o outro enquanto tal, enquanto irreduzível alteridade, e não como objeto. Por ele, novos olhos me são dados para ver novas ordens, deixando perceber a presença dum mundo que me desperta para as próprias dimensões possíveis de meu mundo.

O mundo de um e de outro correlato objetivo da personalidade, se inscreve nas coisas indiferentes que, por essa via, acedem ao sentido, tornando-se veículos de sentido como linguagem, para que na transparência dos sinais nos possamos comunicar. Aqui temos a mediação necessária das objetividades pelas quais mundos se encontram na medida exata da liberdade que deixa ser e permite vir a ser o que já é e o que ainda pode ser. No meio comunicativo da linguagem, a ação educativa dos outros se torna possível na forma de apelo à liberdade, já que educação é, em primeira instância, auto-educação. Isso porque nada pode objetivar ou definir a configuração inteligível duma pessoa enquanto pessoa, razão porque nenhuma ação que pretenda intervir poderá determinar o efeito educativo de sua ação. Educação é, antes de mais nada, apelo a liberdade.

A relação intersubjetiva

Assim sendo, não podemos adiar a descrição de outro momento essencial. O homem não é nunca ele mesmo sem o outro. A autonomia não se dá sem a heteronomia, mas sem confusão nem alienação. Qualquer que seja seu agir, teórico ou prático, este acontece no contexto da inter-subjetividade, tanto assim que o homem simplesmente não existe fora desta relação e com isso a educação é desde sempre um processo social no sentido mais amplo e mais verdadeiro da palavra. A relação intersubjetiva, pela qual todo sujeito consciente inclui sempre a presença de outro sujeito não é, em si, enquanto dimensão existencial e ontológica, o resultado de nenhuma espécie de decisão ou contrato social no qual estaria fundada a comunidade dos homens. Ao contrário, a relação de que falamos é um modo de ser necessário e constitutivo e condição de possibilidade de qualquer forma de convívio. O homem ao qual não aparecesse nenhum homem não teria consciência humana.

A relação intersubjetiva, quando se verificou, marcou o momento em que o homem aconteceu pela primeira vez e deve condicionar, por isso mesmo, todo e qualquer acontecer e devir autêntico, em todo e qualquer momento.

A filosofia fenomenológica tem o mérito de ter recolocado o problema do outro, depois dos descaminhos da herança cartesiana do "cogito", para quem a existência do outro era problema. Se em suas "Meditações Cartesianas", Husserl nos põe diante de um verdadeiro impasse relativamente à afir-

mação duma autêntica alteridade pessoal, contudo, seu método fenomenológico e a nova definição da estrutura intencional da consciência permitiu a seus discípulos retomar com êxito, e isto pela primeira vez na filosofia ocidental, a análise da natureza desta relação destacando seu caráter ontológico e primitivo.

A relação intersubjetiva é um momento originário do homem porque nela se funda, como num elemento co-constitutivo, a própria consciência humana na qual possuímos nossa própria identidade e a certeza, e qualquer certeza do outro de si. Em todo ato consciente o outro, todos os outros, estão convocados para o ratificarem. Um ato de percepção qualquer é afirmado como certo porque julgo ou pressuponho como evidente a concordância dos outros, representando estes outros a humanidade inteira. Esta referência é constitutiva da verdade.

Tudo nos remete aos outros. O instrumento que manipulo, a casa que habito e tudo o mais, formam um mundo, meu mundo a partir do momento em que consigo referi-lo às intenções e pensamentos dos homens de quem recebeu sua ordenação recíproca e sentido. Entrar em contato com a realidade, como natureza ou como cultura, significa compreendê-la a partir de uma significação que ela possui em si. Este "em si" nada mais quer dizer senão sua significação para todos. A partir daqui a dimensão social do homem recebe nova significação.

Historicidade do sujeito

Podemos, agora, aproximar esta estrutura intersubjetiva da dimensão histórica de que já falamos. A relação intersubjetiva está longe de se esgotar na soma de nossas relações e referências presentes, atuais ou possíveis. Ela tem, ao contrário, um modo de ser essencialmente temporal que transforma o presente num momento de tensão e equilíbrio sempre precários.

Os momentos percorridos não se somam aos futuros que, por sua vez, vão tornar-se presentes. Não há proximidade mais ou menos indiferente entre passado e futuro pela mediação do presente. Não estamos mergulhados no tempo. Não somos cortados em átomos sucessivos de presentes e cuja unidade fosse problemática a ponto de nos sentirmos meros joguetes, relegados a um presente cuja puntualidade evanescente e inconsciente nos deixaria entregues à angústia da dispersão sem resto. Uma análise fenomenológica da experiência íntima de nossa temporalidade revela uma estrutura oposta. Nós não somos dilacerados pelo tempo, mas somos o tempo que instauramos no mundo com os outros.

Estou enraizado no passado como na continuação de minha própria memória. Sou o meu passado que, além de sua dimensão pessoal e biográfica, prolonga-se no passado da cultura que, como um mundo de significados, chega até mim, formando, em larga dimensão, meu pensar e querer, significados que, de certa forma, me reenviam a toda uma história que neles, de uma ou outra forma, está inscrita. E todo este mundo de onde provenho e do qual só em parte posso tomar distância, e tematizar, é um mundo de homens, ao qual reenvio minhas certezas como a um fundamento desde sempre já colocado.

A educação é continuação do passado na medida exata, e apenas nesta medida, em que meu ser e suas possibilidades nele se enraizam e com ele se identificam. Uma educação que acontecesse na ignorância desta dimensão histórica e referência intersubjetiva, estaria desenraizando em vez de plantar para o futuro.

O regime de temperalidade sob o qual existimos, com os outros, e do qual indicamos o primeiro momento, se desdobra num segundo momento sob a forma dum projeto pelo qual estendemos diante de nós um horizonte de possibilidades, de espaços abertos a serem habitados pelas significações novas que constituem o mundo humano enquanto futuro. Falando com rigor, vivemos mais no futuro que no presente. Mas como não podemos sonhar a não ser dentro dos limites do que até a véspera havíamos experimentado ou imaginado, assim não podemos, dentro dos limites da analogia, não só sonhar mas instituir e criar o futuro a não ser vinculados em certa medida ao passado. Se quisermos focalizar o presente como um objeto, ele se esvai e se dilui nesta tensão passado-futuro e é por isso que somos caracterizados como seres que *ex-sistem*, quase numa espécie de desterro constitutivo.

Se em nossa vinculação com o passado a dimensão intersubjetiva era evidente, no projeto para o futuro ela não está menos presente, porque toda certeza quanto à verdade e justeza do que projetamos, inclui desde já e sempre sua referência à consciência humana como tal. O mundo futuro terá que ser também o mundo dos outros. A aprovação futura dos outros é um dos critérios de sua verdade para nós no presente.

A ação educativa se exercerá a partir desta estrutura *ex-sistencial*, voltada para a Cultura e para o futuro, no presente, que deveria ser, por definição, o equilíbrio do movimento da vida.

A mediação da linguagem

Resumindo, temos os seguintes elementos: a totalidade do homem e sua ação sobre a totalidade; a relação intersubjetiva como o lugar da certeza e da verdade e os conteúdos que se dão na continuidade histórica. Resta-nos indicar um outro fator sem o qual a própria comunicação que é a alma de todo processo da educação, não seria possível. Necessitamos da mediação da linguagem (4).

Sem a linguagem, a ação perde seu meio necessário, porque somos seres mundanos. Notemos duas coisas: nós e o mundo existimos numa unidade essencial e não acidental; nós e o mundo nos distinguimos, também, essencialmente. Ora a linguagem não só simboliza e exprime mas realiza este modo de ser: um mundo que se transcende e uma transcendência que se mundaniza, isto é, o homem. O espaço desta dialética constitutiva é a linguagem.

O mundo humano é linguagem. Por ela, um mundo de sentido surge e, com isso, nós surgimos como alguém que dá e recebe sentido. Quando a vida se exprime em formas sensíveis capazes de evocar nos outros o mundo "interior" de onde partiram, temos a linguagem, na qual se efetua a própria vida da consciência.

O que precede, revela uma idéia de linguagem diferente de quem a tomasse como um sistema de sinais convencionais, instituídos para traduzirem sem contaminação com qualquer espécie de impurezas sensíveis, o mundo interior da alma. Isso sim, tornaria toda comunicação autêntica e por isso mesmo a educação impossível. Onde conseguir o critério, fora do âmbito lingüístico, que não se poderia pressupor, para decidir da correta tradução dos estados interiores? Os dados imediatos dão consciência natural atestam o contrário. Aqui esta contaminação com o sensível é o fato primeiro.

Eu não estou apenas nos meus pensamentos. Não me defino como alma espiritual, como vida interior, mas antes como ser mundano significativo, como síntese de facticidade e transcendência, como espiritualidade sensível e sensibilidade espiritual. Por isso estou nas minhas palavras e gestos, tornando-me ali acessível e reconhecível porque para eles transponho e continuo a encarnação de meu ser. Daí porque a palavra não é exaustivamente traduzível já que por inteiro ali estou e não apenas num psiquismo abstrato e universal cuja decodagem não faria problema. Mas linguagem é solidária de toda vida que na cultura, como num vasto discurso, se objetiva.

(4) Este parágrafo se inspira no estudo WAELHENS, A. de. *La philosophie du langage selon Merleau-Ponty*. In: *Existence et signification*. Louvain-Paris, Nauwelearts, 1958. p. 123-41.

Esta objetividade lingüística traz consigo o interior e o exterior e anuncia o que excede o universal (que é o modo de qualquer palavra) na plasticidade infinita da frase com a qual conseguimos subtrair-nos ao geral e dizer o que é.

A vida e o pensamento tem na palavra sua existência e dela participamos quando a retomamos, em seu modo de aparecer, que se dá no discurso. Não será por um raciocínio que teremos acesso, mas por um contato imediato com a vida que nela (na linguagem) se expõe e propõe.

Na linguagem se repete o estilo de ser do homem que é desde sempre compreensivo, abrangente e totalizador. É ele que introduz o sentido na pluralidade das coisas, ordenando-as em arquiteturas e mundos.

A linguagem é a dimensão do mundo pela qual ele se torna manifesto como totalidade. Nela habita a totalidade que precede as partes. É por isso que a criança com uma palavra diz uma frase. O sinal por sua configuração se refere ao discurso, como o rosto remete a pessoa, o traço do desenho à figura assim a linguagem ao mundo. Sempre se dão primeiro as arquiteturas e no arranjo dos sinais está a significação.

Assim a linguagem torna presente o que fala, na sua unidade. Por isso ela supera na frase e no discurso a monotonia indiferente dos termos universais para deixar aparecer a singularidade duma vida, duma cultura. Tudo isso é tributário duma antropologia para a qual o mundo recebe sua expressão máxima pela vida que nele se determina seu próprio sentido conferindo com isso ao próprio mundo seu sentido.

A pessoa toda inteira está em sua linguagem, seja pelo que nela exprime de modo temático, seja pelo que oculta no próprio modo de se fazer presente. Compreendida assim a linguagem, seu alcance educativo pode ser valorizado nos justos termos. Aqui também estão os fundamentos que garantem o interesse da socio-lingüística e psico-lingüística.

Desde que o homem habita a natureza ele executa ações significativas instituindo e descobrindo, num mesmo ato, o mundo e seu próprio mundo. Educar-se e inaugurar a verdade do mundo pela linguagem são dois fenômenos rigorosamente contemporâneos e ontologicamente complementares, coincidindo com a história autêntica do homem. É na "casa da palavra" que se educa a vida para a vida.

Até aqui expuzemos os momentos estruturais básicos que tornam possível e pensável o processo educativo. Este nível de reflexão se subtrai a verificação empírica imediata pela simples razão de não se dirigir a um acontecimento mundano que se analisa mas ao processo da liberdade, o processo que faz surgir um mundo. Ele é da ordem da subjetividade e não da objetividade, de-

finindo uma dimensão transcendental do sujeito como princípio que torna possível um mundo objetivo. Não obstante o acontecimento educativo transcender a dimensão mundana, contudo ele ocorre e se fenomenaliza no mundo concreto e só nele se reveste de teialidade.

B. A ESTRUTURA ÔNTICA

I. EDUCAÇÃO ENQUANTO PROCESSO MUNDANO

O que seja a educação sabemos-lo tão bem quanto a própria vida. Mas, acontece com todas as dimensões verdadeiramente ontológicas de nosso ser, delas sabemos o que são quando ninguém nos pergunta, mas quando perguntados não sabemos responder. Que mais evidente que o convívio com outras pessoas. E quando queremos saber o que acontece quando convivemos a perplexidade teórica é tal que até somos capazes de tornar incerta a existência autêntica do outro. O mesmo ocorre com a educação. O que ela seja nunca melhor o sabemos do que quando vivemos a relação intersubjetiva educadora, quando nossa existência se concretiza na ação que exercemos sobre nós e os outros e na ação humanizadora que sofremos no convívio.

Esta experiência vivida será sempre o texto original que tentaremos traduzir toda vez que refletirmos de modo sistemático sobre o fenômeno que desde sempre sabemos e vivemos, a educação.

Mas, como ocorre com tudo o que nos diz respeito, a um dado momento, por injunções de ordem teórica e prática, pela complexidade de nosso próprio mundo que somos capazes de desordenar, se impõe uma reorganização e para tal se faz mister uma nova tomada de consciência dos elementos a serem ordenados ou introduzidos. Isso será possível por uma espécie de recuo diante do que nos era demasiado familiar. Este recuo se chama objetivação, conhecimento objetivo.

A tentativa de retomar a vida numa espécie de repetição teórica, de volta reflexiva sobre si, quase violentando o próprio sentido do existir que num primeiro momento parecia ser tanto mais intenso e afirmativo quanto mais esquecido de si e abismado no próprio mundo das pessoas e das coisas, perdido em sua alteridade, quase inconsciente de sua própria consciência.

A vida humana é contudo, com igual autenticidade, volta sobre si, posse de si, presença a si na reflexão, possuída por uma exigência inalienável de se auto-justificar, de se expor, legitimando-se aos olhos de todos, instaurando um discurso plenamente justificado sobre todas as dimensões do impetuoso da vida.

Esta reflexividade enquanto momento teórico da Razão está sempre em defasagem com a vida. Nesta defasagem se inscrevem todos os debates cul-

turais. E como a exigência reflexiva é constitutiva de nosso ser, assim o próprio debate teórico de todos os tempos vai integrar-se na própria vida pela historicidade. É verdade que a vida atua e determina o pensamento de muitas formas, mas a exigência teórica confere a vida uma nova determinação e a qualifica essencialmente.

Se for esta a estrutura segundo a qual o homem existe, não é de se admirar que a vida, enquanto atuação educadora sobre suas próprias possibilidades se ponha a questionar esta sua atuação espontânea que é seu modo de ser intrínseco, assim como questionou, nas ciências naturais seu próprio convívio espontâneo e inteligente com a natureza. Nenhuma dimensão humana deixará de ser objeto de interrogação por parte da razão que é a exigência de justificação.

A educação, portanto, tornou-se problema. Como atuar efetivamente sobre si, sobre os outros e como deixar atuar, com vistas a realização do projeto que somos, é o problema histórico da educação. Este "como" é o momento da reflexão que procura certificar-se de sua espontaneidade quando a complexificação da vida deixa de ter aquela transparência primigênia para a qual a sabedoria inata à vida era suficiente. Perdemos, nos contextos mais elaborados da cultura, algo da certeza espontânea e ingênua, mas em troca somos ajudados por conhecimentos historicamente herdados e constantemente reelaborados.

O fenômeno histórico-cultural

Tentemos agora clarificar a idéia de "educação" numa acepção já mais restrita, mas igualmente essencial, da qual poderemos mais adiante derivar a significação de "Educação formal".

Trata-se aqui de dois objetivos: expor num outro registro a idéia de educação e fundar a possibilidade da ação educativa em sua dimensão empírica. Portanto duas questões: que é, num contexto histórico qualquer, a educação? Que torna concretamente possível a educação enquanto ação do homem sobre o homem?

Até aqui só falamos destes dois aspectos: natureza e condições de possibilidade. Mas elas devem ser retomadas a partir dum novo ângulo. Como foi dito, a educação como tal, não obstante transcender a rigor toda dimensão mundana, i.é, objetiva e constatável, ela contudo só se realiza pela mediação da concretude objetiva. Ali ela toma formas identificáveis e distintas. Por exemplo, a relação intersubjetiva, apesar de transcender toda objetivação, porque condição essencial de toda objetividade, não obstante ela se manifesta na relação humana sob várias formas: na comunidade científica, na relação de

amizade, na família etc. O mesmo ocorre com a relação educativa que se distingue em sua própria estrutura da relação de ensino, de tutela, de apoio, de proselitismo e de muitas outras modalidades.

O desenvolvimento destas duas questões não pode ocorrer separadamente pela simples razão de não haver condições de possibilidade que ao mesmo tempo não esclareçam a própria essência da educação. Educação é a realização dum projeto mas o projeto por sua vez é o que o torna possível.

Idéia de cultura

Enfocando nosso tema através dum prisma histórico-cultural podemos afirmar que educar é tornar participante da cultura, meio simbólico pelo qual temos acesso ao real e, com isso, às nossas possibilidades. Para esclarecer o sentido e alcance desta proposição devemos explicitar o sentido do termo "cultura". De modo geral e sem muita reflexão sabemos o que seja cultura. E contudo, nos fins do século passado os debates e polêmicas em torno do conceito foram sérios, revelando inequivocamente a densidade significativa e complexidade deste fenômeno humano por excelência.

A idéia de cultura é solidária dum idéia de homem. Pela cultura podemos ter acesso ao homem mas é pela idéia de homem que temos acesso a compreensão da cultura. Estamos diante dum círculo, não vicioso mas fecundo em compreensão e que se convencionou chamar de "círculo hermenêutico": o todo é compreendido pelas partes e as partes pelo todo.

Como a evolução das espécies expoz e desdobrou o germen natural, não obstante o parecer contrário de simpatizantes dum teoria do azar, assim a cultura é a exposição do homem, revelando-o como projeto existencial e livre. É ocioso dizer que também aqui nos movemos no círculo de que falamos, pois abordaremos a cultura a partir dum ponto de vista antropológico bem definido que por sua vez foi conquistado por uma reflexão não menos histórico-cultural que especulativa.

A idéia de homem que nos orienta é a dum ser mundano e ao mesmo tempo instaurador dum mundo pelo poder de dar significações e ser significativo, revelando-se nisso como ser-projeto que inaugura o tempo da história pela palavra que profere sobre si e o mundo. O que em concreto isso significa a cultura no-lo dirá.

Cultura se opõe à natureza. Esta é tudo o que é dado com o nascer, todas as decorrências que se inscrevem como necessárias no próprio dado. Em larga escala o homem se foi dado a si mesmo como natureza. A própria cultura, na medida em que se sedimenta em formas mais ou menos estaveis, funciona como uma quase segunda natureza que nos envolve e predetermina a

comportamentos e modos de pensar que fogem ao nosso domínio. Quem pretendesse p. ex., tomar uma atitude totalmente objetiva, frente à comunidade em que vive, situando-se fora dos condicionamentos circunstanciais e históricos, pretenderia nada menos que saltar sobre sua própria sombra. Até aqui somos natureza e enquanto tais não fazemos cultura, porque não há propriamente história onde vigora a lei da necessidade e da inconsciência. No mundo animal encontramos só projetos preestabelecidos que se realizam sem desvios, e quando estes acontecem, como na evolução das espécies, não há nisso a participação dum agente responsável.

A cultura, ao contrário, é o aparecimento dum mundo humano. Ela designa antes de mais nada um modo de ser, duma pessoa, dum povo, e daqui se passa para uma segunda acepção, onde cultura designa o conjunto das manifestações decorrentes deste modo de ser. Pela participação na cultura tornamo-nos participantes dum modo de ser que nas manifestações se exprime. Aqui temos um traço essencial e ao mesmo tempo uma condição de possibilidade da educação: a cultura é a atmosfera espiritual que torna possível a educação.

Cultura enquanto expressão histórica do homem

O que sejam as possibilidades do objeto da ação educativa, o que seja seu modo de ser característico, deve ser procurado nas expressões comunicativas da própria vida documentadas na História em forma de configurações significativas quase infinitas que se entrelaçam em conjuntos cada vez mais complexos e cuja unidade final se chama "o mundo humano."

Tais configurações são essencialmente *dinâmicas*. Por vezes surgem como conseqüências necessárias de premissas anteriores, desenvolvimento lógico esse que se observa apenas em fragmentos históricos bem limitados. Nem a história da matemática se apresenta como puro desdobramento dos axiomas mas como acontecimento devido também a decisões humanas. Outras vezes irrompem como algo totalmente novo e imprevisto. A cultura é todo um movimento no qual se inscrevem as revoluções da ciência, a transformação das ordens, a metamorfose sempre renovada da vida intelectual, prático-volitiva e afetiva. Cada uma dessas transformações remete para o centro abrangente da vida como unidade estrutural de onde parte toda diversidade e para onde tudo refluí como a seu centro originante.

Assim sendo, o homem deve ser tal que este mundo seja possível. O Espírito objetivo nos reenvia ao Espírito subjetivo. É aqui que o homem se expõe e se interpreta. A cultura é a expressão objetiva duma vida subjetiva.

Mas em tudo isso não há nada da transparência das coisas definitivas. Basta atender ao fato da mobilidade e devir para se notar a pouca consistência de cada expressão que de si o homem consegue dar em termos culturais. E, não obstante, é nessa dimensão não unívoca que se desenvolve a ação educadora. Mas ela, a cultura, é suficientemente unívoca para simbolizar a vida da liberdade, capaz de nos despertar para as próprias possibilidades. É com os elementos culturais disponíveis que cada geração deverá compor sua idéia de homem, adequada ao tempo, de acordo com seu projeto porque a educação não é a repetição sem mais de humanismos passados. A idéia de homem não define nossos caminhos mas pode ser apropriada e traduzida em termos pessoais.

A cultura, como a conceituamos, nos revela portanto um homem histórico, em devir permanentemente, livre, dotado de múltiplas capacidades, mas uno e idêntico consigo *na unidade de um projeto* que unifica numa *totalidade de sentido* todos os modos sincrônicos e diacrônicos de sua manifestação. Somos históricos e intersubjetivamente vinculados. E de onde o sabemos? É que nós somos o passado. Sua presença e ausência estão inscritas em nosso mundo presente. Reconhecemos ainda hoje na Grécia o lugar do logos ao qual recorreremos para justificar nossas convicções presentes em suas raízes e encontrar nas fontes a inspiração para o futuro. No presente está inscrita também a ausência do passado. Além disso, o presente está todo ele voltado ao futuro e mais se define por suas esperanças e expectativas que por suas recordações.

Os problemas da historicidade

A educação é tornar participante da cultura. Os problemas que esta participação põe não são fáceis. Se toda cultura já é passado em relação a nova vida que ainda deve ser educada; e se cultura é uma linguagem fluida como o próprio tempo, oferecendo uma imagem sempre diferente do homem, de que nos valerá a mediação cultural para educar uma nova geração e para que a nova geração se eduque?

Ao primeiro problema é preciso responder que educar não é ensinar o passado mas o presente pelo passado na medida em que nós somos este passado pela continuidade da memória não psicológica mas transcendental histórica que garante nossa unidade e identidade. A segunda questão aponta para uma verdade difícil e ambígua. A cultura indica certos traços idênticos, outros semelhantes, mas quase nos desnor-teia a diversidade e instabilidade. Mas com isso se aponta para um elemento humano fundamental: o homem não alcança objetivar-se em nenhum conceito, teoria ou mundo cultural. Ele instaura culturas mas cada uma parece ser como um horizonte: recua na medida em que se avança. O sentido do projeto que é não se esgota em nenhuma figura. Com

isso se recobra a consciência de que o sentido da existência é ser um destino singular que não se desorienta num devir sem limites mas nas figuras que este devir assume se certifica de sua verdade transformando as objetividades em símbolos com que a imaginação significativa povoa o mundo que habita.

Se necessitamos conteúdos estáveis, eles ai estão: O homem é sempre aquele que procura a verdade, sob a forma do consenso intersubjetivo; aspira à ordem e ao convívio na justiça como meio necessário à consecução dos valores que consegue identificar como tais e instaurar, seguindo os critérios da autenticidade, como acima o definimos; quer a liberdade como fim e meio de sua existência.

II- EDUCAÇÃO E LIBERDADE

A cultura vem a ser desta forma uma fonte de inspiração necessária. Mas, e aqui a dificuldade se adensa, como se exerce a ação educativa se nenhuma geração pôde oferecer à seguinte uma definição unívoca da essência humana? Se esta é um projeto, se os modelos de que dispomos são válidos e necessários até certo ponto e sobre tudo, se a educação incide sobre o homem inteiro, que quer conduzir à sua identidade que jamais é transparente, nem ao próprio educando?

Todo ser humano assume uma cultura, entra num mundo constituído por infinitos conteúdos significativos que se articulam. Assim temos, por exemplo, o conceito de pai, de família, de cidade, de país, o direito que relaciona todos eles, a política que os articula mais uma vez. Estas realidades se harmonizam e se ordena segundo as preferências, gostos e necessidades dum tempo histórico determinado etc. Enfim, tudo isso constitui o mundo através do qual o novo ser humano tem acesso a natureza e aos outros.

Este mundo herdado é como uma dimensão "inconsciente" da consciência pois só em parte somos capazes de tomar distância e ve-lo como algo alheio. A verdade é que *nós somos* este mundo herdado e *algo mais*. Este "mais" nos constitui homens. Sem este "mais" seríamos, quem sabe, cidadãos dum Estado, constituindo um anonimato coletivo impessoal, epifenômenos dum acontecer sem sujeito.

Por outro lado é preciso insistir que nenhuma geração se identifica com a imagem que de si forma e exprime em sua cultura. E não obstante é *necessário* expressar-se, objetivar-se. A nova geração que encontra-a em si deficiente expressão da vida que a precedeu, procura, num primeiro momento encontrar sua identidade apropriando-se da expressão cultural de seu ambiente para, num segundo momento, impor suas transformações e fazer, como todos, a experiência da inadequação de *qualquer expressão mundana* quando se trata de

dizer o homem. Somos sujeitos e criadores da cultura e excedemos as dimensões do mundo que produzimos, e no qual nos queremos objetivar.

Como a educação é uma ação que parte do homem como tal e visa o homem singular, não transparente para si nem para os outros, por isso mesmo a ação será educativa se, e apenas se o homem consentir com o outro e consigo mesmo.

A não transparência do sujeito livre impede que o conheçamos como conhecemos as estruturas definidas cuja capacidade de agir e reagir está desde logo inscrita na ordem que as define e as rege. A não transparência do homem não se deve a nenhum fator irracional ou princípio de desordem a que por acaso estivesse sujeito. A não transparência se deve ao excesso de determinação, ao fato de ele existir e substituir como algo que se afirma como sendo absolutamente, sem dissolver-se na totalidade abrangente do universo ou em qualquer outra totalidade que lhe tirasse o caráter de ser autônomo. Este ser está presente a si mesmo, em sua concretude total, numa experiência única com a qual é idêntico. Esta consciência de ser, forma o núcleo, o centro de suas certezas e que define o sentido de seu agir.

Que tal realidade não possa ser atingida pelo conhecimento objetivo não há quem hoje o conteste. Que este sujeito possa ser instruído e informado por outros como programamos um computador do qual obtemos a resposta correspondente à informação, seria insensato pensar. Conseqüência evidente do que precede: a ação educadora com todos os recursos de que dispõe, recebe sua expressão máxima enquanto poder da liberdade sobre a liberdade, como poder de apelo à liberdade. É necessário que ela seja assumida e julgada pelo sujeito à luz de critérios adequados à sua singularidade, com a qual ele mesmo se relaciona, tendo por princípio a verdade, a sua verdade, em última instância.

Isso pode ocorrer se a educação oferecer os meios culturais, o convívio humano adequando as exigências psicológicas. Ademais é necessário que o jovem seja introduzido nos domínios do saber e da experiência que lhe dão a possibilidade da ação. Sem estas condições a liberdade não existe. Promove-las é auxiliar alguém a ser livre, e isto é educação. É por movimentos dialéticos de sim e de não, de aceitação e de rejeição que a liberdade se conquista.

Duas idéias de Homem e de Cultura

Aqui se pode explicitar uma distinção, já implícita no que precede. Uma é a idéia de homem que a cultura conserva enquanto depositária duma experiência histórica acumulada. Esta idéia não é tematizada mas vivida, e a partir dela a própria história deste povo ou comunidade se desenvolve. Outra é a idéia de homem que este povo se faz no Humanismo que professa. No pri-

meio momento temos a vida, a ação, a razão operante, imediatamente presente a si e contudo quase perdida em seu próprio mundo. O outro é o momento de reflexão. Ambos são ontologicamente contemporâneos ainda que epistemologicamente distintos. Distintos porque, mesmo refletindo se vive e mesmo abandonando-se a vida se reflete, apenas os níveis essenciais são diferentes.

Se tomarmos o exemplo duma pessoa podemos, quem sabe, clarificar nossa idéia. Qualquer indivíduo vive numa atmosfera cultural. Nela e por ela se educa. Ele será pois na medida de seu cultivo e educação. A cultura duma pessoa, neste sentido essencial que lhe damos, em tudo o que precede, define seu ser real, seu mundo pleno e concreto. Todas as manifestações devem ser compreendidas a partir desta dimensão total. Mas nela reside a não transparência de que já falamos. Assim a cultura dum povo é antes de tudo sua vida enquanto realidade abrangente que não se esgota em nenhum conhecimento preciso e objetivamente sabido.

Onde há cultura lá existe um mundo humano. Existe o etos dum povo como existe o universo dum indivíduo. Etos e universo são para um e outro o habitat da liberdade, o lugar da possível coincidência consigo mesmos. Esta coincidência, de que aqui se fala, é o primeiro e o último. Na vida dum indivíduo é ela o espaço da autonomia e da clarividência decisiva. Mas recuperar esta vida clarividente e esta clarividência viva é o começo e o fim de todas as nossas penas intelectuais em antropologia.

É dessa experiência originária e natural que Husserl faz o ponto de partida e de chegada de sua Fenomenologia. E Merleau-Ponty pergunta se por ventura pelo ensino de algum psicólogo tenhamos compreendido melhor o mundo de nossa adolescência do que a própria vida no-lo havia revelado quando o vivíamos. Este mundo vivido será de certa forma o critério por onde medimos os acertos e desacertos de nossas ciências.

Porém não nos é dado viver como homens, abandonando-nos a pura espontaneidade, ignorando a exigência da justificação reflexiva e, para nós ocidentais, racional-lógica. Não há cultura que não procure dizer o que ama e cre, e não tente justificar a substância da qual se alimenta, representando-se o mundo pelo qual encontra o sentido das coisas, a unidade em que os aspectos até os mais secundários recebem seu lugar justificado.

Este é o momento teórico pelo qual pretendemos traduzir a experiência efetiva que nos funda. Nós julgamos estar adequados com a plenitude da consciência que nos constitui. Contudo alí está assinalado o lugar dos conflitos, das divergências teóricas e práticas e onde aparecem as teorias e escolas.

Coerentes com que acima lembramos quanto à transcendência de toda existência humana, notamos que a razão fundamental no que respeita a formulação duma idéia e ideal do homem e conseqüentemente, de todas as idéias que integram este ideal como mundo humano e que preside a todo esforço educacional, reside em primeiro lugar neste excesso de significação da própria vida a ser educada, quando a comparamos com o que dela podemos conhecer.

III. A FUNÇÃO ORGANIZADORA DAS IDÉIAS

Se quisermos justificar a ação educacional como se desenvolve nos moldes dum sistema dado, devemos começar por definir uma idéia de homem porque sem ela não saberemos nem identificar, nem coordenar os meios de que eventualmente disporemos para a realizar, nem justificar a validade destes. A promoção do homem enquanto tal é o fim de toda educação sistemática.

Se levarmos a sério todos os pressupostos antropológicos até aqui avançados, então saberemos que tal promoção se realiza na situação concreta e pelo desempenho de tarefas bem concretas, pelo engajamento em projetos precisos e de significação para promover um mundo humano no qual todos encontrem as condições ótimas de sua realização.

Aqui temos o domínio das divergências, porque o primeiro *meio* de qualquer ação que queira promover o homem é a *idéia* do mundo humano que procuramos, idéia diretriz que visa instaurar o *reino dos fins*.

Ela comanda a integração de todas as dimensões que compõem o sistema duma sociedade. Por natureza ela está sujeita a toda espécie de imprecisões, de contradições, devidas à pobreza de nossa imaginação criadora ou a pulsões pouco transparentes e nas quais se manifestam interesses antagônicos e não integrados.

Uma destas dimensões do sistema social dum povo é o sistema educacional, fruto também dum esforço imaginativo e no qual o espírito dum povo procura forjar os instrumentos adequados à promoção de seu fim específico. Ele deverá estabelecer as prioridades internas da ação educadora, os valores a serem promovidos, os objetivos mais vastos a serem alcançados. Estes por sua vez determinam os meios adequados, estabelecem a prioridade dos meios de acordo com a prioridade dos valores e fins.

Mas os apelos à imaginação criativa não terminam aqui. De acordo com o ideal humano assumido e professado, a ação determinante da idéia e das idéias diretrizes (idéias tanto mais imaginativas quanto melhor traduzirem a realidade, seus valores e necessidades) se estende através das mediações mais amplas, até aos currículos e programas, à organização interna, às pessoas sobr

tudo, à distribuição dos meios materiais, até as técnicas didáticas. Tudo deveria viver na clareza e calor duma poderosa idéia abrangente, não abstrata e antes de mais nada viva.

O que aqui queremos assinalar é o lugar epistemológico da idéia ou das idéias na Educação formal, i.é., apontar para a inteligibilidade que a ação educadora sistemática da instrução e formação escolar, em todos os seus níveis, recebe da totalidade abrangente.

O presente estudo visou localizar a Educação formal numa perspectiva mais vertical, procurando as raízes que conferem ao fenômeno “educação” sua dimensão inteligível. Terminamos com um esquema de como a idéia-fim se articula e se introduz na concretude da situação.

Resumindo: a educação é antes de tudo auto-educação como ação da liberdade sobre si enquanto possibilidade na abertura intersubjetiva e na continuidade histórica.

A cultura mediatiza e fenomenaliza esta ação, sendo por isso condição de possibilidade da própria historicidade e liberdade enquanto projeto que não deixa de renovar sua encarnação, sua mundanização, sem a qual não é real. A institucionalização prolonga de modo sistemático a ação histórica do espírito subjetivo, que na natureza e na objetividade de suas obras se reconhece e se realiza. Contudo, espírito subjetivo e objetivo, um e outro são apenas um momento da mediação que permite ao homem continuar a ser o que transcende todas as figuras e símbolos com que povoa seu universo: ser-liberdade.

CONCLUSÃO

De tudo quanto precede se infere que a educação se situa no terreno da ação, portanto, da prática. Como toda prática humana, ela supõe o momento teórico que lhe está incorporado por essência, elevando-a ao saber-agir num contexto determinado para fins determinados.

A ação educadora se dirige a um ser livre, histórico e social.

O *ser livre* não deixará nunca devassar seu mistério, razão porque, *de direito*, está subtraído a qualquer manipulação que o sujeito a fins que não coincidam com os fins da vida que atingiu a forma pessoal.

A pessoa é fim em si, nos ensina Kant. Isso nos obriga ao respeito incondicional. O respeito é a primeira norma da educação dum ser que se define por sua liberdade.

Sendo *histórico*, ele tem a marca da situação. Daqui advem os imperativos da continuidade e da descontinuidade, essenciais um e outro, atendendo às exigências da condição existencial. Na educação institucionalizada, a falta

de continuidade nos conteúdos teóricos e axiológicos e até nos métodos gera a inconsistência da superficialidade. A ausência de imaginação inovadora e renovadora é agressão contra a vida e regressão.

O aspecto temporal do homem lhe inere de modo tão necessário quanto o núcleo de suas potencialidades transcende a própria historicidade da qual se reveste e só na qual é real. Mas a ação educadora visa antes de tudo e em última análise sempre este núcleo essencial, o ser do homem, a existência, pela qual se define sua *totalidade teleológica*. Daqui resulta que, dada esta estrutura dialética de todo educando (todos nós) que o situa no tempo e fora do tempo, o esforço educador, mesmo quando exercido com todos os subsídios da ciência e da técnica, terá que ser forçosamente paciente, sua ação de efeito necessariamente contingente. Onde se exigem resultados certos, resultados necessários para o bom funcionamento de montagens e máquinas de toda espécie, lá provavelmente se perdeu o sentido da modéstia e o respeito pelo homem.

Se é verdade o que dissemos sobre a *linguagem* então não será difícil compreender o quanto a educação é obra reservada a pessoas, i.é, seres cuja palavra e presença são capazes de presentificar a elaboração e o cultivo de que é capaz o homem, revelando-se ali o sentido da cultura no que tem de mais substancial: ser a palavra na qual o homem se diz.

A *intersubjetividade*, a dimensão social, foi compreendida como a atmosfera na qual se constituem as certezas e a verdade. A linguagem se manifesta como poder de instaurar a comunicação e produzir a ordem dum mundo no qual possamos conviver.

Por tudo isso a educação é possível como *auto-educação* e como apelo à liberdade do outro.

O conceito "educação" possui hoje uma extensão considerável. Ele inclui todo tipo de aprendizagem, desde aprender a nadar numa piscina até aprender a viver na família e sociedade. Ao termo idêntico deve corresponder uma identidade não de conteúdo mas de sentido. Onde o homem como tal acontece, por força duma ação intencional e livre, lá temos um processo educativo. Este é o *significado primeiro* de educação. Por ele temos a *unidade analógica* de sentido das demais acepções, quando por extensão chamamos "educação" todo impulso direto ou indireto que contribui para que a teleologia imanente ao homem, ser mais, se cumpra.

ABSTRACT

Education is a selfdefining action of freedom as possibility and autonomy. Freedom has its roots in the intersubjective relationship by which it accomplishes its historicity. These characteristics prescribe the essential norms to the educational project.

Culture is the space in which life and its reflexivity deposited its acquisitions. These, as a text, are the vehicles of the experiences which open to consciousness the possibilities of our humanity.